

EFEITO TANGO: Equipe econômica acha difícil fazer ajuste ainda este ano

Cortes adicionais de gastos devem ficar para orçamentos de 2002 e 2003

Crise cambial obrigaria Brasil a revisar com FMI meta de superávit primário

154

Eliane Oliveira, Martha Beck e
Enio Vieira

• BRASÍLIA. A equipe econômica, que se reuniu ontem com o presidente Fernando Henrique Cardoso, está encontrando dificuldades para fazer mais cortes no Orçamento, caso seja necessário reforçar o ajuste fiscal devido à crise na Argentina. Segundo técnicos da área econômica, quase não há espaço para uma redução adicional de despesas este ano. Além das áreas de educação e saúde, que precisam ser preservadas, surgiu a necessidade inesperada de investimentos em energia elétrica e de combater a seca nos municípios mais atingidos do Nordeste — este último item no valor de R\$ 600 milhões.

Com isso, o governo poderá adiar para 2002 cortes mais substanciais no Orçamento. Não está decidido, ainda, qual será o tamanho do corte. Os integrantes da equipe econômica que são contra o ajuste já em 2001 argumentam que a meta de superávit primário (descontados os juros da dívida) prevista para até setembro, de R\$ 29,7 bilhões, será facilmente cumprida.

Aperto adicional deverá ser de R\$ 4 bilhões

Alguns analistas de mercado, no entanto, trabalham com um aperto fiscal adicional de R\$ 4 bilhões. O motivo é o menor crescimento da economia, provocado pela crise de energia e a desvalorização do real.

Os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento,

Orçamento e Gestão, Martus Tavares, se reuniram pela manhã no Ministério da Fazenda, para analisar a proposta orçamentária, e depois foram ao Palácio da Alvorada discutir o assunto com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Também esteve na reunião o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que iniciou ontem no BC a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) que decidirá

hoje sobre taxa de juros.

Segundo cálculos de um grande banco europeu, a mudança de cenário fará com que o governo tenha de subir a meta de superávit primário fiscal de 3% para 3,4% do PIB. Assim, poderá combater os efeitos da crise sobre a dívida pública, que chegou a R\$ 618 bilhões em maio (51,9% do PIB), sobretudo com a influência negativa dos títulos em dólar.

Se decidir reforçar o aperto fiscal, o governo precisará de um superávit de R\$ 39,849 bilhões, considerando um crescimento da economia de 2,6%. De janeiro a maio, o superávit primário acumulado está em R\$ 26,965 bilhões.

— O governo terá que fazer um ajuste para mostrar aos investidores que as contas estão equilibradas. — comentou o economista Raul Veloso. ■